DOSSIÊ ESPECIAL

Intelectualidades e Potencialidades Negras:
Desafiando a Invisibilidade nas Altas Habilidades e Superdotação

ARTIGO ORIGINAL

GÊNIOS SILENCIADOS: RACISMO INSTITUCIONAL E A INVISIBILIZAÇÃO DAS ALTAS HABILIDADES NEGRAS

Silenced Geniuses: Institutional Racism and the Invisibilization of Black High Abilities

Genios Silenciados: Racismo Institucional y la Invisibilización de las Altas Capacidades Negras

Lívia Victória Warol Carneiro

Pesquisadora e acadêmica vinculada à Universidade Federal de Viçosa (UFV). Desenvolve pesquisas nas áreas de Educação, Relações Raciais, Altas Habilidades/Superdotação e Racismo Institucional.

E-mail: livia.victoria@ufv.br | ORCID: https://orcid.org/0009-0007-1435-5936

Dossiê Temático: Intelectualidades e Potencialidades Negras nas Altas Habilidades | Área Temática: Educação
DOI: https://doi.org/10.65855/cqnwhp88 | e-ISSN: 3086-5042 | Licença: Creative Commons CC BY 4.0 | Publicação Contínua
Histórico Editorial: Submissão: 28/05/2026 | Aceite: 21/07/2026 | Publicado: 07/08/2026

Como citar este artigo / How to cite:

ABNT: CARNEIRO, Lívia Victória Warol. Gênios Silenciados: Racismo Institucional e a Invisibilização das Altas Habilidades Negras. Revista Amefricana, Barra Mansa, v. 2, 2026. DOI: https://doi.org/10.65855/cqnwhp88.

APA: Carneiro, L. V. W. (2026). Gênios Silenciados: Racismo Institucional e a Invisibilização das Altas Habilidades Negras. Revista Amefricana, 2. https://doi.org/10.65855/cqnwhp88.

Resumo:

A subidentificação de estudantes negros com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) constitui um desafio ainda pouco explorado nas pesquisas sobre educação inclusiva e relações raciais, apesar das evidências de que o racismo institucional influencia processos de reconhecimento escolar. Nesse contexto, este artigo tem como objetivo analisar como mecanismos cotidianos de reconhecimento docente contribuem para a invisibilização das potencialidades intelectuais de estudantes negros em uma instituição federal de ensino. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, derivada de uma investigação mais ampla desenvolvida por meio da observação participante durante o ano letivo de 2025, cuja análise se fundamenta em uma nota de campo produzida em contexto de sala de aula, preservando-se integralmente o anonimato dos sujeitos e da instituição. A interpretação dos dados apoia-se nas contribuições de Pierre Bourdieu, Nilma Lino Gomes, Lélia Gonzalez, Kabengele Munanga, Abdias Nascimento e bell hooks. Os resultados evidenciam uma assimetria no reconhecimento docente, na qual intervenções analíticas elaboradas de um estudante negro recebem menor aprofundamento pedagógico do que manifestações semelhantes de estudantes brancos, produzindo processos de violência simbólica e racismo institucional. Como contribuição analítica, o estudo propõe a categoria "Banzo Institucional" para compreender os mecanismos cotidianos de deslegitimação da inteligência negra e discute suas implicações para a identificação de estudantes com AH/SD e para a construção de práticas pedagógicas antirracistas.

Palavras-chave: Racismo Institucional. Violência Simbólica. Banzo Institucional. Altas Habilidades/Superdotação. Reconocimiento Racializado.

Abstract:
The underidentification of Black students with High Abilities/Giftedness (HA/G) remains an underexplored issue in research on inclusive education and race relations, despite evidence that institutional racism influences processes of educational recognition. In this context, this article aims to analyze how everyday practices of teacher recognition contribute to the invisibilization of the intellectual potential of Black students within a federal educational institution. This qualitative study derives from a broader investigation conducted through participant observation during the 2025 academic year. The analysis is based on a field note produced in a classroom setting, while fully preserving the anonymity of both participants and the institution. The interpretation of the data is grounded in the contributions of Pierre Bourdieu, Nilma Lino Gomes, Lélia Gonzalez, Kabengele Munanga, Abdias Nascimento, and bell hooks. The findings reveal an asymmetry in teacher recognition, whereby analytically sophisticated interventions made by a Black student receive less pedagogical engagement than comparable contributions from White students, reproducing processes of symbolic violence and institutional racism. As an analytical contribution, the study proposes the concept of "Institutional Banzo" to explain the everyday mechanisms that delegitimize Black intellectuality and discusses its implications for the identification of students with High Abilities/Giftedness and for the development of anti-racist pedagogical practices.

Keywords: Institutional Racism. Symbolic Violence. Institutional Banzo. High Ability/Giftedness. Racialized Recognition.

Resumen:
La subidentificación de estudiantes negros con Altas Capacidades/Superdotación (AC/SD) constituye un desafío aún poco explorado en las investigaciones sobre educación inclusiva y relaciones raciales, a pesar de las evidencias de que el racismo institucional influye en los procesos de reconocimiento escolar. En este contexto, el presente artículo tiene como objetivo analizar cómo los mecanismos cotidianos de reconocimiento docente contribuyen a la invisibilización de las potencialidades intelectuales de estudiantes negros en una institución federal de enseñanza. Se trata de una investigación cualitativa, derivada de un estudio más amplio desarrollado mediante observación participante durante el año lectivo de 2025, cuyo análisis se fundamenta en una nota de campo elaborada en un contexto de aula, preservando íntegramente el anonimato de los sujetos y de la institución. La interpretación de los datos se apoya en las contribuciones de Pierre Bourdieu, Nilma Lino Gomes, Lélia Gonzalez, Kabengele Munanga, Abdias Nascimento y bell hooks. Los resultados evidencian una asimetría en el reconocimiento docente, en la que las intervenciones analíticas elaboradas por un estudiante negro reciben un menor desarrollo pedagógico que manifestaciones similares de estudiantes blancos, reproduciendo procesos de violencia simbólica y racismo institucional. Como aporte analítico, el estudio propone la categoría "Banzo Institucional" para comprender los mecanismos cotidianos de deslegitimación de la inteligencia negra y discute sus implicaciones para la identificación de estudiantes con Altas Capacidades/Superdotación y para la construcción de prácticas pedagógicas antirracistas.

Palabras clave: Racismo Institucional. Violencia Simbólica. Banzo Institucional. Altas Capacidades. Reconocimiento Racializado.

1. Introdução

As instituições federais de ensino no Brasil consolidam-se, em sua organização e materialidade, sob uma expectativa de excelência acadêmica profundamente vinculada aos ideais de neutralidade pedagógica e meritocracia. Essa arquitetura simbólica projeta a imagem de um território democrático onde o sucesso discente seria o resultado direto do esforço individual e de aptidões inatas, operando sob uma suposta "isenção formal de métricas" que mascararia as desigualdades de partida. Todavia, o exercício da observação participante no cotidiano escolar permite identificar mecanismos capilares de hierarquização que atravessam as relações pedagógicas e os processos de reconhecimento da inteligência, revelando que a escola não é apenas um local de transmissão de saber, mas um aparato de produção diferencial de legitimidade.

Embora a literatura sobre relações raciais e educação tenha avançado significativamente na compreensão das desigualdades educacionais, ainda permanecem pouco exploradas as formas pelas quais o racismo institucional atravessa os processos de identificação e reconhecimento de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD). Tal lacuna torna-se particularmente relevante em instituições de ensino marcadas pelo discurso da meritocracia, nas quais mecanismos sutis de validação ou deslegitimação intelectual tendem a permanecer naturalizados. Investigar essas dinâmicas contribui tanto para o debate sobre educação antirracista quanto para o campo da educação inclusiva, ao evidenciar que os processos de reconhecimento das potencialidades cognitivas não estão dissociados das relações raciais.

Nesse cenário, o problema investigado por este artigo refere-se à maneira pela qual certas potencialidades cognitivas são diferencialmente legitimadas no interior do espaço escolar, sofrendo processos de invisibilização quando vinculadas a corpos negros. A hipótese central é que o reconhecimento escolar não emerge apenas do desempenho objetivo discente, mas é mediado por filtros de percepção e legitimidade socialmente construídos e atravessados pelos marcadores de raça e classe. Consequentemente, enquanto certas formas de participação são prontamente identificadas como sinais de talento, outras permanecem submetidas a uma sistemática violência simbólica (Bourdieu, 2021). Diante desse problema, este artigo tem como objetivo analisar como mecanismos cotidianos de reconhecimento docente contribuem para a invisibilização das potencialidades intelectuais de estudantes negros em uma instituição federal de ensino, discutindo de que maneira essas práticas interferem na identificação de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) e reproduzem formas de racismo institucional no espaço escolar.

Para compreender a profundidade desse fenômeno, é imperativo mobilizar a contribuição de Kabengele Munanga, que demonstra que o racismo se estrutura como uma organização social que define hierarquias de reconhecimento para além de atos individuais de preconceito (Munanga, 2019). No contexto de uma instituição de elite, essa estrutura manifesta-se na forma como diferentes participações são interpretadas e valorizadas. A situação observada revela um paradoxo: um estudante negro, mesmo apresentando "constância e intensidade" em sua participação, além de "envolvimento contínuo com o conteúdo", não recebe a mesma validação institucional que seus pares brancos.

Essa assimetria indica que a escola opera com "filtros de percepção" que definem quais formas de inteligência são imediatamente reconhecíveis como talento e quais

permanecem interpretadas como participação ordinária. O racismo institucional produz formas mascaradas de hierarquização racial, onde o que está em jogo é o acesso ao estatuto de "sujeito legítimo de produção intelectual" (Nascimento, 2016). O estudante negro, ao formular perguntas que articulam o conteúdo teórico a desigualdades sociais amplas, demonstra uma capacidade de abstração e relação entre conceitos que, em outros corpos, seria lida como genialidade. No entanto, o silêncio docente e a resposta sucinta que seguem sua fala evidenciam que sua potência intelectual está "sob rasura".

A análise ancora-se na teoria da violência simbólica, que permite compreender como as formas de reconhecimento escolar operam como estruturas naturalizadas de percepção. O sistema de ensino tende a validar o capital cultural das classes dominantes, transformando privilégios sociais em méritos escolares (Bourdieu, 2021). Na nota de campo analisada, observa-se que intervenções "menos elaboradas" de estudantes brancos, oriundos de famílias de classe média alta, são acolhidas com "maior desenvolvimento, exemplos adicionais e maior abertura ao diálogo".

Essa dinâmica de legitimação desigual das vozes em sala de aula revela que o reconhecimento não depende da "qualidade objetiva" das intervenções, mas de expectativas implícitas sobre quem é "intelectualmente promissor". A violência simbólica manifesta-se, portanto, na recusa institucional em aprofundar a fala do estudante negro, fazendo com que sua contribuição perca o estatuto de legitimidade e sua potência seja sistematicamente subdimensionada. O currículo e a prática pedagógica não são neutros; eles são atravessados por indagações sobre diversidade e poder, onde a omissão docente diante da excelência negra constitui uma forma de silenciamento estrutural (Gomes, 2007).

Nesse percurso analítico, propõe-se a categoria de “Potencialidades sob Rasura” para apreender situações em que manifestações densas de elaboração intelectual, curiosidade analítica e participação qualificada não se convertem em reconhecimento institucional proporcional. A "rasura" refere-se ao ato de encobrir, desconsiderar ou reduzir a relevância de um desempenho de alta performance em função do pertencimento racial do sujeito. É um processo que não ocorre por exclusão direta, mas pela assimetria permanente de reconhecimento (Carneiro, 2026).

Associada a essa formulação, mobiliza-se a noção de “Banzo Institucional” para caracterizar os mecanismos cotidianos de deslegitimação e os efeitos pedagógicos produzidos pela recorrente negação de determinadas presenças intelectuais. Diferente do conceito histórico de banzo, o Banzo Institucional designa a corrosão subjetiva e a perda do caráter dialógico da educação quando certas vozes não são plenamente reconhecidas

como produtoras de conhecimento. A educação como prática de liberdade exige o reconhecimento da subjetividade do estudante; quando a escola falha nesse reconhecimento, ela reproduz hierarquias de legitimidade que alienam o sujeito de sua própria potência (hooks, 2017).

A análise estabelece ainda um diálogo crítico com o campo das Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD). Características como curiosidade elevada, argumentação consistente e persistência intelectual - pilares da identificação de AH/SD - estavam presentes no estudante negro observado, mas foram interpretadas como participação comum. Essa invisibilização estrutural de talentos negros demonstra que a identificação de potencialidades diferenciadas não pode ser separada das dinâmicas raciais. A falta de diagnóstico e de acolhimento pedagógico reforça a necessidade de implementar o conceito de Tecnologias Emancipatórias (Pinheiro, 2023).

Tais tecnologias consistem em práticas institucionais capazes de ampliar a percepção docente, rompendo com as "réguas positivistas ortodoxas" que impedem o reconhecimento de escritas e participações encarnadas. Para além de episódios isolados de discriminação, esta introdução propõe analisar como o racismo institucional atua de forma difusa e constante, estruturando economias desiguais de reconhecimento no interior da escola. A sala de aula, nesse contexto, torna-se o local onde se decide quem terá sua inteligência fomentada e quem terá suas potencialidades mantidas sob rasura.

Dessa forma, a transição do diagnóstico das interações cotidianas para uma análise das estruturas que as tornam possíveis exige investigar como a inteligência é atravessada por uma lógica colonial profunda. Se o reconhecimento intelectual no espaço escolar opera sob uma “rasura” seletiva, é porque os critérios de excelência foram forjados em uma organização social que define, previamente, quem possui legitimidade para ser ouvido e quem deve ser mantido em estado de suspeição.

Além desta introdução, o artigo encontra-se organizado em quatro seções. A primeira contextualiza as relações entre Altas Habilidades/Superdotação, racismo institucional e reconhecimento intelectual no ensino superior, situando o problema investigado à luz da literatura especializada. A segunda desenvolve o referencial teórico que sustenta a análise, articulando os conceitos de colonialidade do poder, violência simbólica, racismo institucional, rasura e Banzo Institucional.

A terceira seção apresenta a análise da nota de campo, discutindo como as assimetrias de reconhecimento docente produzem processos de invisibilização das potencialidades intelectuais negras. Por fim, são apresentadas as considerações finais,

retomando as principais contribuições do estudo e indicando implicações para a pesquisa e para a prática educacional.

O presente artigo constitui um recorte analítico de uma pesquisa qualitativa mais ampla desenvolvida durante o ano letivo de 2025 em uma instituição federal de ensino localizada em Minas Gerais. A investigação voltou-se para a análise das relações pedagógicas, dos processos de reconhecimento intelectual e das formas cotidianas de produção de desigualdades no ambiente escolar. Neste manuscrito, privilegia-se a análise de uma nota de campo considerada particularmente representativa das dinâmicas investigadas, preservando-se integralmente o anonimato da instituição e dos sujeitos envolvidos.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa fundamentada na observação participante. O corpus analisado neste artigo corresponde a uma nota de campo produzida no âmbito de uma investigação mais ampla desenvolvida durante o ano letivo de 2025 em uma instituição federal de ensino localizada em Minas Gerais, cujo foco incidiu sobre as interações pedagógicas, os processos de reconhecimento docente e as dinâmicas de produção de desigualdades no cotidiano escolar. A nota de campo utilizada como núcleo empírico foi produzida a partir de observações realizadas ao longo do período letivo de 2025, no contexto da vivência cotidiana da pesquisadora em uma instituição federal de ensino localizada em Minas Gerais. O foco analítico concentrou-se nas interações em sala de aula, especialmente nas dinâmicas de participação discente, validação docente e reconhecimento intelectual. O corpus empírico é constituído por uma nota de campo detalhada, produzida durante a vivência da pesquisadora em uma instituição federal de ensino de prestígio, cuja materialidade e organização projetam uma expectativa de excelência vinculada à neutralidade (Carneiro, 2026). A escolha deliberada pela nota de campo como instrumento metodológico justifica-se pela imperativa necessidade de capturar as dinâmicas cotidianas da sala de aula - os gestos, os silêncios e as assimetrias de tratamento que, por sua natureza sutil e capilar, escapam às métricas quantitativas tradicionais.

A construção do dado seguiu o rigor da descrição densa, focando sistematicamente no contraste entre os padrões de engajamento discente e as reações da autoridade docente. Em estrita conformidade com as diretrizes éticas de proteção e sigilo territorial, amparadas pela Resolução Aditiva nº 01/2026, todas as identificações nominais e institucionais foram preservadas sob absoluto sigilo protetivo. Tal cautela visa garantir a integridade dos sujeitos envolvidos na dinâmica de violência simbólica relatada, impedindo que o depósito do material coloque em risco sua atuação profissional

ou acadêmica.

A análise empreendida busca transcender o episódio pontual, operando uma tradução sociológica da cena cotidiana para identificar padrões estruturantes de violência simbólica e racismo institucional. Ao validar a narrativa encarnada como fonte legítima de impacto epistêmico, esta metodologia desafia as "réguas positivistas ortodoxas" e propõe uma ciência situada, capaz de desvelar como a desigualdade de reconhecimento é produzida no detalhe das interações pedagógicas. Assim, o percurso metodológico aqui delineado não apenas ■■■■■ve um fato, mas atua como um dispositivo de denúncia das potencialidades que permanecem sob rasura no espaço escolar.

2. Colonialidade, raça e reconhecimento intelectual

A identificação de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) constitui um dos maiores desafios das políticas de educação inclusiva no Brasil. Embora a legislação brasileira reconheça esse público como integrante da Educação Especial e assegure o direito ao atendimento educacional especializado, a literatura evidencia que os processos de identificação permanecem marcados por desigualdades sociais, culturais e raciais que atravessam a organização da escola e os modos pelos quais determinados sujeitos são percebidos como intelectualmente promissores. Em consequência, estudantes pertencentes a grupos historicamente marginalizados tendem a permanecer subidentificados, limitando seu acesso a oportunidades de desenvolvimento acadêmico, acompanhamento pedagógico e fortalecimento de suas potencialidades. Essa realidade demonstra que o reconhecimento das altas habilidades não depende exclusivamente da manifestação de capacidades cognitivas diferenciadas, mas também dos critérios institucionais que definem quais formas de inteligência serão legitimadas e quais permanecerão invisibilizadas no cotidiano escolar.

Essa problemática adquire especial relevância quando observada à luz das relações raciais. A produção científica sobre AH/SD tem demonstrado que a identificação da superdotação não decorre exclusivamente de indicadores objetivos de desempenho, mas resulta de processos sociais de reconhecimento mediados pelas expectativas docentes, pelas culturas institucionais e pelas concepções historicamente construídas acerca da inteligência, do mérito e da excelência. Características frequentemente associadas às altas habilidades, como curiosidade intelectual, criatividade, persistência, capacidade de abstração, elaboração conceitual e intensa participação nas atividades escolares, não são interpretadas de maneira uniforme quando manifestadas por estudantes pertencentes a diferentes grupos sociais. O reconhecimento escolar, portanto, não constitui um procedimento neutro de avaliação, mas um processo

atravessado por valores culturais que influenciam quais sujeitos serão percebidos como portadores de talento e quais permanecerão à margem dos mecanismos institucionais de validação.

No contexto brasileiro, essas assimetrias tornam-se ainda mais expressivas em razão da permanência do racismo como princípio estruturante das relações sociais. O racismo ultrapassa a dimensão dos preconceitos individuais e constitui uma lógica de organização da sociedade que estabelece hierarquias de pertencimento, legitimidade e reconhecimento (Munanga, 2019). Trata-se de um sistema que produz expectativas distintas sobre os sujeitos antes mesmo de qualquer demonstração objetiva de suas capacidades, condicionando os modos pelos quais seus desempenhos serão interpretados. Sob essa perspectiva, a escola não apenas reproduz desigualdades previamente existentes, mas também participa ativamente da construção de critérios que definem quem poderá ocupar o lugar socialmente reconhecido da excelência intelectual.

Nesse sentido, as instituições escolares não devem ser compreendidas apenas como espaços destinados à transmissão de conhecimentos, mas como instâncias de produção e legitimação de determinadas formas de capital cultural. Ao selecionar conteúdos, estabelecer parâmetros de avaliação e reconhecer determinadas formas de participação como mais legítimas do que outras, a escola produz regimes específicos de reconhecimento intelectual. O discurso da neutralidade pedagógica e da meritocracia, frequentemente mobilizado para justificar o funcionamento das instituições de ensino de excelência, tende a ocultar que tais critérios são historicamente construídos e atravessados por relações de poder. Assim, a valorização da inteligência deixa de ser um procedimento estritamente técnico para constituir um processo social no qual raça, classe e origem social continuam desempenhando papel decisivo na atribuição de prestígio acadêmico.

Essa discussão assume especial importância no campo das Altas Habilidades/Superdotação porque a identificação desse público depende, em grande medida, da percepção cotidiana dos profissionais da educação. Embora os referenciais da área enfatizem indicadores relacionados ao desempenho intelectual, à criatividade, à capacidade de resolução de problemas e ao elevado comprometimento com a aprendizagem, tais características somente produzem efeitos institucionais quando são efetivamente reconhecidas pelos docentes e convertidas em encaminhamentos pedagógicos. Em outras palavras, a existência de elevadas capacidades cognitivas não garante, por si só, sua identificação formal. Quando a percepção docente encontra-se atravessada por expectativas racializadas acerca da inteligência, determinadas

potencialidades deixam de ser compreendidas como indicadores de altas habilidades e passam a ser interpretadas como manifestações ordinárias de participação ou, em alguns casos, sequer recebem atenção proporcional à sua complexidade analítica.

As contribuições de Abdias Nascimento permitem aprofundar essa discussão ao demonstrar que o racismo institucional opera por meio de mecanismos cotidianos de exclusão que dispensam manifestações explícitas de discriminação. Diferentemente das formas abertas de violência racial, o racismo institucional manifesta-se na distribuição desigual das oportunidades de reconhecimento, validação e circulação social do conhecimento (Nascimento, 2016). No ambiente escolar, isso significa que a desigualdade não se produz apenas pelo acesso diferenciado às instituições de ensino, mas também pela maneira como determinadas produções intelectuais são acolhidas, desenvolvidas ou deslegitimadas ao longo da trajetória educativa. A escola, nesse sentido, não apenas identifica talentos, mas participa ativamente da definição de quais talentos serão socialmente reconhecidos como legítimos.

Essa perspectiva é ampliada pelas reflexões de Lélia Gonzalez, para quem a colonialidade das relações raciais também se manifesta na produção das vozes autorizadas a ocupar o espaço público do conhecimento (Gonzalez, 2020). Mesmo quando estudantes negros ingressam em instituições tradicionalmente associadas à excelência acadêmica, sua presença não elimina os filtros históricos de percepção construídos pelo racismo. Ao contrário, tais filtros continuam operando na forma como suas intervenções são recebidas, interpretadas e valorizadas. A produção intelectual negra frequentemente necessita demonstrar níveis extraordinários de desempenho para alcançar formas de reconhecimento que, em muitos contextos, são atribuídas com maior facilidade a estudantes brancos. A permanência dessas assimetrias evidencia que o reconhecimento escolar não decorre exclusivamente da qualidade objetiva da produção intelectual, mas também das expectativas racializadas que estruturam a cultura institucional.

Compreender a subidentificação de estudantes negros com Altas Habilidades/Superdotação exige, portanto, deslocar o foco exclusivamente das capacidades individuais para as condições sociais e institucionais que tornam determinadas inteligências visíveis e outras sistematicamente invisibilizadas. Mais do que identificar competências cognitivas diferenciadas, a escola participa da constituição de regimes de legitimidade que definem quem poderá ser reconhecido como sujeito da excelência intelectual. Sob essa perspectiva, investigar as relações entre altas habilidades, racismo institucional e reconhecimento escolar implica compreender que os

processos de identificação constituem, simultaneamente, práticas pedagógicas e práticas de poder. É precisamente nesse ponto que se torna necessário aprofundar os fundamentos teóricos capazes de explicar como colonialidade, violência simbólica e racismo institucional articulam-se na produção dessas desigualdades, discussão desenvolvida na seção seguinte.

3. Violência simbólica, escola e capital cultural

Compreender os mecanismos que produzem a invisibilização das potencialidades intelectuais negras exige reconhecer que o reconhecimento escolar não constitui um procedimento neutro, exclusivamente orientado pelo desempenho discente. Ao contrário, trata-se de um processo social atravessado por relações históricas de poder que definem quais sujeitos serão percebidos como produtores legítimos de conhecimento e quais permanecerão submetidos a regimes permanentes de suspeição intelectual. Sob essa perspectiva, a escola deixa de ser compreendida apenas como espaço de transmissão de saberes para revelar-se como uma instituição que participa ativamente da produção das hierarquias simbólicas que organizam o acesso ao prestígio acadêmico. A inteligência, portanto, não pode ser entendida como um atributo reconhecido automaticamente a partir de sua manifestação objetiva, mas como uma construção social mediada por critérios culturais, raciais e políticos que definem quais formas de excelência serão legitimadas.

Essa compreensão aproxima as contribuições de Aníbal Quijano acerca da colonialidade do poder, das reflexões de Kabengele Munanga sobre o racismo estrutural e das análises de Abdias Nascimento acerca do racismo institucional. Em comum, esses autores demonstram que a modernidade produziu uma classificação racial da humanidade que permanece organizando os espaços sociais muito além do período colonial. A escola, inserida nesse contexto, reproduz critérios historicamente construídos de legitimidade intelectual que tendem a associar racionalidade, universalidade e excelência aos sujeitos identificados com a branquitude, enquanto os conhecimentos produzidos por sujeitos negros permanecem submetidos a mecanismos permanentes de deslegitimação. Dessa forma, o reconhecimento escolar não ocorre em um vazio histórico, mas é condicionado por estruturas sociais que antecedem o encontro pedagógico e moldam as expectativas dirigidas aos diferentes estudantes.

É precisamente nesse ponto que a teoria da violência simbólica amplia a compreensão desse fenômeno. Segundo a teoria, a escola opera como um dos principais espaços de reprodução das desigualdades sociais ao transformar em mérito individual aquilo que resulta da distribuição desigual do capital cultural. Os critérios escolares apresentam-se como universais, objetivos e meritocráticos, quando, na realidade,

refletem valores, linguagens e formas de sociabilidade historicamente vinculados aos grupos socialmente dominantes. A violência simbólica manifesta-se exatamente porque essas desigualdades deixam de ser percebidas como construções históricas e passam a ser interpretadas como diferenças naturais de talento, inteligência ou esforço (Bourdieu, 2021). Assim, o reconhecimento escolar não valida simplesmente o conhecimento produzido pelos estudantes, mas confirma determinados modos de existir como intelectualmente legítimos.

As contribuições de Nilma Lino Gomes aprofundam essa discussão ao demonstrar que o currículo constitui um território de disputas políticas e epistemológicas, no qual se definem não apenas os conteúdos considerados legítimos, mas também os sujeitos autorizados a produzir conhecimento (Gomes, 2007). A invisibilização de saberes negros não ocorre apenas pela ausência de determinados conteúdos curriculares, mas também pela dificuldade de reconhecer estudantes negros como protagonistas da produção intelectual. O currículo, nessa perspectiva, participa da manutenção das hierarquias raciais ao estabelecer padrões implícitos de legitimidade que condicionam a circulação da palavra, a valorização das intervenções discentes e a própria definição social do que será reconhecido como excelência acadêmica.

As reflexões de Lélia Gonzalez convergem para essa interpretação ao evidenciar que a colonialidade do saber não se limita à exclusão formal de sujeitos negros dos espaços educativos, mas opera sobretudo na desqualificação de sua autoridade intelectual. A autora demonstra que a experiência histórica da população negra produziu mecanismos persistentes de silenciamento que continuam estruturando as instituições contemporâneas. Sob essa lógica, a fala negra frequentemente necessita provar reiteradamente sua legitimidade para alcançar níveis de reconhecimento que, em outros contextos, são atribuídos de forma quase automática aos sujeitos pertencentes aos grupos historicamente privilegiados (Gonzalez, 2020). Não se trata apenas de desigualdade de acesso ao conhecimento, mas de desigualdade na autorização social para produzir conhecimento reconhecido como válido.

Essa articulação entre colonialidade, violência simbólica e racismo institucional permite compreender que os processos de reconhecimento escolar são profundamente seletivos. A instituição educativa não apenas identifica talentos previamente existentes, mas participa da produção das próprias condições de possibilidade para que determinadas inteligências sejam percebidas como extraordinárias. A inteligência deixa de constituir um atributo puramente individual e passa a integrar uma economia simbólica de prestígio, na qual diferentes sujeitos recebem investimentos institucionais

distintos, ainda que apresentem desempenhos semelhantes. Sob essa perspectiva, o reconhecimento constitui um mecanismo de distribuição desigual de legitimidade intelectual, contribuindo para reproduzir hierarquias raciais no interior da escola.

É nesse contexto que este estudo propõe as categorias analíticas de Potencialidades sob Rasura e Banzo Institucional. A primeira refere-se ao processo pelo qual estudantes negros, mesmo demonstrando indicadores consistentes de elevado desempenho intelectual, permanecem submetidos a formas recorrentes de invisibilização que impedem a conversão de suas capacidades em reconhecimento institucional. A metáfora da rasura expressa uma condição paradoxal: a inteligência manifesta-se objetivamente, mas permanece socialmente encoberta pelos filtros de percepção produzidos pelo racismo institucional. A segunda categoria, Banzo Institucional, designa os efeitos acumulados dessa dinâmica de deslegitimação cotidiana. Diferentemente da compreensão histórica do banzo associada exclusivamente ao sofrimento decorrente da escravização, a categoria aqui proposta busca explicar o processo pelo qual sucessivas experiências de não reconhecimento corroem a autoridade cognitiva dos estudantes negros, produzindo um estado permanente de dissociação entre desempenho e legitimidade acadêmica.

As duas categorias não pretendem substituir os referenciais clássicos mobilizados ao longo desta investigação, mas ampliar sua capacidade interpretativa diante do fenômeno empírico analisado. Enquanto a colonialidade do poder explica a produção histórica das hierarquias raciais, a violência simbólica evidencia os mecanismos pelos quais essas hierarquias são naturalizadas no cotidiano escolar. As categorias de Potencialidades sob Rasura e Banzo Institucional procuram compreender os efeitos específicos dessas estruturas sobre os processos de identificação de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, permitindo analisar como a excelência intelectual negra pode permanecer simultaneamente presente, demonstrada e institucionalmente invisibilizada. É justamente essa articulação entre teoria e empiria que orientará a análise da nota de campo apresentada na seção seguinte.

4. A racialização das Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD)

A nota de campo analisada neste estudo permite observar, em escala microssociológica, como os mecanismos de reconhecimento escolar participam da produção de desigualdades raciais no interior de uma instituição federal de ensino. Longe de constituir um episódio isolado ou uma simples interação pedagógica, a cena observada evidencia o funcionamento cotidiano de práticas institucionais que distribuem reconhecimento de maneira assimétrica, produzindo efeitos diretos sobre a visibilidade das potencialidades intelectuais dos estudantes. A análise revela que a identificação das Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) não depende exclusivamente da manifestação objetiva de capacidades cognitivas diferenciadas, mas também dos filtros de percepção que orientam o olhar docente e definem quais formas de participação serão convertidas em indicadores de excelência acadêmica.

Durante o período de observação, chamou atenção a atuação de um estudante negro que apresentava elevado envolvimento com as atividades desenvolvidas em sala de aula. Sua participação caracterizava-se pela constância, pela elaboração de perguntas que extrapolavam o conteúdo imediatamente apresentado e pela capacidade de estabelecer relações entre os conceitos discutidos e problemáticas sociais mais amplas. Sob a perspectiva da literatura especializada em Altas Habilidades/Superdotação, tais características correspondem a indicadores frequentemente associados à identificação de estudantes com elevado potencial, entre eles a curiosidade intelectual, a capacidade de abstração, a persistência diante dos problemas e a elaboração conceitual consistente. Entretanto, apesar da recorrência desses comportamentos ao longo das observações, tais manifestações não produziram qualquer movimento institucional de reconhecimento ou aprofundamento pedagógico.

O episódio que sintetiza essa dinâmica ocorreu quando o estudante formulou uma pergunta que articulava o conteúdo discutido em sala às desigualdades sociais estruturais, demonstrando capacidade de síntese, abstração e interpretação crítica significativamente superior ao padrão predominante entre os demais estudantes observados. A resposta do docente, contudo, restringiu-se a um breve silêncio seguido de uma explicação sucinta e do rápido retorno ao planejamento inicialmente previsto. Pouco depois, uma intervenção de um estudante branco, baseada na retomada de aspectos já discutidos durante a aula e analiticamente menos complexa, recebeu uma resposta substancialmente mais extensa, acompanhada de exemplos adicionais e abertura para continuidade do diálogo. O contraste entre essas duas situações constitui o principal elemento empírico desta investigação.

A relevância analítica dessa cena não reside na diferença de tratamento considerada isoladamente, mas no padrão de reconhecimento que ela evidencia. A assimetria observada indica que a valorização das intervenções discentes não decorre exclusivamente da complexidade de seus conteúdos, mas também das expectativas previamente construídas acerca dos sujeitos que as enunciam. A violência simbólica descrita por Pierre Bourdieu manifesta-se precisamente nesse processo de naturalização das desigualdades de reconhecimento. Ao conferir maior legitimidade a determinadas vozes e reduzir outras a contribuições ordinárias, a escola transforma relações historicamente produzidas em aparentes consequências naturais da inteligência, do mérito ou do talento individual. O reconhecimento deixa, assim, de ser simples resposta ao desempenho e passa a constituir mecanismo ativo de produção das próprias hierarquias intelectuais (Bourdieu, 2021).

Essa dinâmica torna-se ainda mais significativa quando analisada em diálogo com as reflexões de Kabengele Munanga, Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez e Nilma Lino Gomes. O que a nota de campo evidencia não é apenas um episódio de tratamento diferenciado entre estudantes, mas a permanência de uma gramática racial de reconhecimento que antecede a própria interação pedagógica. A expectativa socialmente construída de que determinados corpos ocupem naturally os lugares da excelência intelectual faz com que manifestações sofisticadas de estudantes negros necessitem demonstrar desempenho extraordinário para alcançar níveis mínimos de validação institucional. Ao mesmo time, intervenções menos elaboradas produzidas por estudantes brancos tendem a ser recebidas como oportunidades legítimas de aprofundamento pedagógico. O reconhecimento escolar revela-se, portanto, profundamente atravessado pelas hierarquias raciais que organizam a sociedade brasileira.

É precisamente nesse ponto que a categoria Potencialidades sob Rasura adquire capacidade explicativa. A expressão não se refere à ausência de inteligência ou de desempenho, mas ao processo pelo qual capacidades efetivamente demonstradas permanecem encobertas pelos filtros institucionais de percepção. A rasura constitui uma forma de invisibilização ativa: a potencialidade está presente, manifesta-se reiteradamente e produz evidências objetivas de elevado desempenho, mas não alcança o estatuto institucional de excelência. O estudante permanece visível como participante da dinâmica escolar, porém invisibilizado como sujeito de excepcionalidade intelectual. A categoria procura, assim, evidenciar que a subidentificação de estudantes negros com Altas Habilidades/Superdotação não pode ser explicada exclusivamente por limitações dos instrumentos avaliativos, mas também pelas formas racializadas de reconhecimento que orientam a prática pedagógica cotidiana.

Os efeitos acumulados desse processo são compreendidos neste estudo por meio da categoria Banzo Institucional. Diferentemente de um sentimento individual de frustração ou desmotivação, o Banzo Institucional designa uma condição produzida pela recorrência de experiências nas quais elevado desempenho e reconhecimento institucional deixam de caminhar conjuntamente. A repetição sistemática de respostas sucintas, silenciamentos, ausência de aprofundamento pedagógico ou invisibilização das contribuições intelectuais produz uma dissociação progressiva entre esforço e legitimidade acadêmica. Trata-se de um mecanismo institucional de desautorização cognitiva que compromete não apenas o desenvolvimento das potencialidades individuais, mas também a própria constituição da escola como espaço democrático de produção do conhecimento.

As implicações dessa dinâmica ultrapassam a dimensão das relações interpessoais estabelecidas em sala de aula. Quando estudantes negros deixam de ser reconhecidos como sujeitos de elevado potencial intelectual, perdem também oportunidades de acesso a processos formais de identificação das Altas Habilidades/Superdotação, ao atendimento educacional especializado e às estratégias pedagógicas voltadas ao desenvolvimento de suas capacidades. A invisibilização produz, portanto, efeitos concretos sobre suas trajetórias escolares e acadêmicas, contribuindo para a reprodução das desigualdades raciais mesmo em instituições que se apresentam como espaços meritocráticos e comprometidos com a excelência.

Os resultados desta investigação sugerem, por fim, que o enfrentamento dessa realidade exige muito mais do que o aperfeiçoamento técnico dos protocolos de identificação de estudantes com AH/SD. Torna-se necessária uma revisão crítica dos próprios pressupostos que orientam o reconhecimento escolar da inteligência. Isso implica investir na formação docente para a identificação de vieses racializados de percepção, ampliar os referenciais utilizados na compreensão das altas habilidades e construir práticas pedagógicas comprometidas com uma efetiva justiça cognitiva. Somente mediante o questionamento das hierarquias simbólicas que estruturam o reconhecimento institucional será possível transformar a escola em um espaço capaz de identificar e fomentar a pluralidade das inteligências, rompendo com os processos históricos que mantêm as potencialidades negras sob permanente rasura.

5. Considerações finais

A presente investigação partiu da constatação de que a subidentificação de estudantes negros com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) permanece como uma problemática ainda insuficientemente explorada na interface entre educação inclusiva e relações raciais. Embora a literatura especializada reconheça a existência de desigualdades no acesso aos processos de identificação desse público, ainda são escassos os estudos que investigam como os mecanismos cotidianos de reconhecimento escolar participam da produção dessas assimetrias. Ao analisar uma nota de campo produzida em contexto de observação participante em uma instituição federal de ensino, este artigo buscou compreender de que maneira práticas aparentemente ordinárias de interação pedagógica operam como dispositivos de legitimação ou deslegitimação da inteligência, produzindo efeitos concretos sobre o reconhecimento das potencialidades intelectuais de estudantes negros. Os resultados indicam que a invisibilização das AH/SD não pode ser compreendida apenas como uma deficiência dos instrumentos de avaliação ou como consequência de limitações metodológicas dos processos de identificação, mas como expressão de formas historicamente construídas de reconhecimento que atravessam a cultura escolar e organizam diferencialmente quem pode ser percebido como sujeito legítimo da excelência acadêmica.

A análise desenvolvida ao longo do texto evidenciou que o reconhecimento escolar não constitui um procedimento estritamente técnico nem decorre exclusivamente da qualidade objetiva das manifestações intelectuais dos estudantes. Ao contrário, trata-se de um processo profundamente atravessado por relações de poder que condicionam a circulação da autoridade cognitiva no interior das instituições educacionais. O contraste observado entre o tratamento conferido às intervenções de estudantes negros e brancos revela que a validação da excelência depende também de expectativas racializadas sedimentadas historicamente, capazes de atribuir maior legitimidade a determinadas formas de participação em detrimento de outras. Nessa perspectiva, a escola deixa de aparecer como um espaço neutro de identificação de talentos para ser compreendida como um campo de disputas simbólicas no qual a inteligência é continuamente produzida, hierarquizada e legitimada segundo regimes de reconhecimento que permanecem fortemente marcados pela colonialidade do saber, pela violência simbólica e pelo racismo institucional. A excelência acadêmica, portanto, não emerge apenas das capacidades individuais dos sujeitos, mas também das condições institucionais que autorizam determinadas inteligências a serem reconhecidas e silenciam outras por meio de mecanismos aparentemente banais, porém reiterados, de invisibilização.

A interlocução estabelecida entre Pierre Bourdieu, Kabengele Munanga, Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez, Nilma Lino Gomes e bell hooks permitiu compreender que esses processos não atuam de forma isolada, mas constituem dimensões complementares de uma mesma estrutura de produção das desigualdades educacionais. Foi nesse horizonte que se propuseram as categorias Potencialidades sob Rasura, Banzo Institucional e Tecnologias Emancipatórias como contribuições analíticas deste estudo. A primeira evidencia a dissociação entre desempenho intelectual e reconhecimento institucional, demonstrando que a invisibilização da excelência negra decorre menos da ausência de capacidades diferenciadas do que da atuação de filtros racializados de percepção que impedem a conversão dessas capacidades em legitimidade acadêmica. A segunda procura nomear os efeitos produzidos pela repetição cotidiana de práticas de deslegitimação - como silêncios, respostas superficiais, interrupções do diálogo e ausência de aprofundamento pedagógico - que corroem progressivamente a autoridade cognitiva dos estudantes negros, comprometendo tanto sua trajetória escolar quanto suas possibilidades de reconhecimento institucional. A terceira categoria, por sua vez, desloca o debate para o campo das possibilidades de transformação, compreendendo as Tecnologias Emancipatórias como um conjunto de práticas pedagógicas, curriculares e institucionais voltadas à revisão crítica dos critérios que orientam o reconhecimento da inteligência na escola, ampliando os regimes de percepção docente e favorecendo processos efetivamente plurais de identificação das Altas Habilidades/Superdotação.

Os resultados sugerem, portanto, que o enfrentamento da subidentificação de estudantes negros com AH/SD exige uma ampliação do próprio conceito de identificação educacional. Mais do que aperfeiçoar instrumentos psicopedagógicos ou protocolos técnicos de avaliação, torna-se necessário questionar os pressupostos históricos e epistemológicos que sustentam a produção institucional da excelência, reconhecendo que a inteligência também constitui uma categoria socialmente legitimada. A identificação das Altas Habilidades/Superdotação depende, inevitavelmente, da forma como professores e instituições atribuem valor às diferentes manifestações do conhecimento, razão pela qual políticas públicas voltadas a esse campo precisam incorporar perspectivas antirracistas capazes de problematizar os mecanismos simbólicos que continuam associando talento, racionalidade e genialidade à experiência branca. Sob essa perspectiva, as Tecnologias Emancipatórias deixam de representar apenas estratégias metodológicas de intervenção para constituírem um horizonte político-pedagógico comprometido com a democratização dos regimes de reconhecimento e com a construção de uma efetiva justiça cognitiva.

Reconhecem-se, por fim, as limitações inerentes ao delineamento qualitativo desta investigação, construída a partir da análise de uma nota de campo produzida em um contexto específico de observação participante. Entretanto, longe de restringir o alcance da pesquisa, essa característica evidencia seu potencial heurístico ao tornar visíveis mecanismos cotidianos frequentemente naturalizados e, justamente por isso, pouco percebidos nas análises tradicionais sobre educação inclusiva. Estudos futuros poderão ampliar essa discussão por meio de investigações desenvolvidas em diferentes instituições e níveis de ensino, incorporando novos contextos empíricos e explorando comparativamente experiências de estudantes negros identificados - ou não - com AH/SD, de modo a aprofundar a compreensão das relações entre reconhecimento intelectual, racismo institucional, práticas pedagógicas e processos de inclusão educacional.

Em síntese, este estudo sustenta que a invisibilização das Altas Habilidades/Superdotação em estudantes negros não constitui uma exceção produzida por episódios isolados de discriminação, mas uma manifestação dos regimes racializados de reconhecimento que continuam estruturando a escola brasileira. Ao articular as categorias Potencialidades sob Rasura, Banzo Institucional e Tecnologias Emancipatórias, pretende-se oferecer um instrumental analítico capaz de ampliar o diálogo entre a sociologia da educação, os estudos das relações raciais e o campo das AH/SD, contribuindo para deslocar o debate da dimensão exclusivamente psicométrica da identificação para uma compreensão sociológica dos processos de legitimação da inteligência. Descolonizar esses regimes de reconhecimento implica reconhecer que a democratização da educação não depende apenas da ampliação do acesso ou da permanência, mas também da transformação dos critérios pelos quais determinadas formas de conhecimento são legitimadas, valorizadas e convertidas em oportunidades concretas de desenvolvimento. Somente a partir dessa revisão crítica será possível construir instituições educacionais comprometidas não apenas com a inclusão formal, mas com o reconhecimento efetivo da pluralidade das inteligências e com a consolidação de uma justiça cognitiva verdadeiramente antirracista.

Referências

BOURDIEU, Pierre. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2021.

CARNEIRO, Lívia Victória Warol. Potencialidades sob rasura: racismo institucional e violência simbólica em uma instituição federal de ensino. Revista Amefricana, Barra Mansa, v. 2, p. 1-5, maio 2026. DOI: https://doi.org/10.65855/97qt7361. Acesso em: 27 maio 2026.

GOMES, Nilma Lino. Indagações sobre currículo: diversidade e currículo. Brasília: MEC, 2007.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Como ser um educador antirracista. São Paulo: Planeta, 2023.